

Editorial

Revistas científicas de livre acesso

Open access scientific journals

Com o aparecimento e desenvolvimento da internet, a publicação científica assistiu a novos desafios e oportunidades. Assim, nos últimos 20 anos, tem-se observado uma enorme expansão de revistas científicas de livre acesso (*open access*), i.e., revistas disponíveis *on-line*, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não as do próprio acesso à internet permitindo a qualquer utilizador pesquisar, consultar, descarregar, imprimir, copiar e distribuir o texto integral dos seus artigos.

Historicamente, a evolução das revistas de livre acesso dividiu-se em três fases. A fase pioneira, entre 1993 e 1999, caracterizou-se por uma fase de experimentação em que individualmente ou em pequenos grupos desenvolveram-se os primeiros projetos. A tecnologia era simples, na maioria dos casos apenas páginas de internet. No entanto, essas revistas não foram consideradas pela maioria dos investigadores uma alternativa séria à publicação em papel com subscrição tradicional, por um lado porque havia dúvidas quanto à sua sustentabilidade mas sobretudo porque havia desconfiança quanto à qualidade da revisão por pares. Por outro lado, a grande maioria dessas revistas não era na altura indexada na *Web of Science*, e consequentemente não detinha grande prestígio.

Na fase de inovação, entre 2000 e 2004, assistiu-se a um rápido crescimento não só do número de revistas como do número de artigos disponibilizados, em todas as áreas científicas. Foi também adotado um novo modelo de financiamento, passando o cliente das editoras a ser o autor ao invés do leitor, i.e. o pagamento de subscrição foi substituído por uma taxa de publicação. Duas das primeiras editoras de revistas de acesso livre, a *BioMed Central* e a *Public Library of Science (PLOS)* foram pioneiras na implementação destas taxas de publicação como principal fonte de financiamento que tem tido uma adesão exponencial. Atualmente quase todas as grandes editoras de revistas de subscrição tradicional deram início a periódicos de livre acesso com taxa de publicação.

Na fase de consolidação, após 2005, o número de revistas e artigos continuou a aumentar de ano para ano e foram criadas as infraestruturas necessárias para manter a publicação de livre acesso, nomeadamente: (i) O *Open Journal Systems* do *Public Knowledge Project*, software de livre acesso que fornece uma plataforma de publicação, tendo-se tornado amplamente utilizado; (ii) O *Directory of Open Access Journals (DOAJ)* que indexa revistas de livre acesso e inclui hoje 8800 periódicos de 121 países e (iii) o *Google* e *Google Scholar* que constituem importantes motores de busca.

Na área biomédica as primeiras revistas de livre acesso foram o *BMJ*, o *Journal of Medical Internet Research* e a *Medscape* que foram criadas, ou disponibilizaram os seus conteúdos de forma livre, no fim da década de 1990. Por outro lado, a editora *BioMed Central*, agora com inúmeras revistas de livre acesso, publicou o seu primeiro artigo no ano 2000. Ainda, a *PLoS* publica a sua primeira revista de acesso livre em 2003, a *PLoS Biology*, seguindo-se inúmeras outras como a *PLoS Medicine* em 2004, a *PLoS ONE* em 2006 e mais tarde ainda a *PLoS Genetics*, *PLoS Pathogens*, *PLoS Neglected Tropical Diseases*. As revistas da *PLoS* são hoje em dia um claro exemplo de revistas de livre acesso que atingiram um inquestionável prestígio, reconhecido pelos elevados fatores de impacto.

Apesar do aumento exponencial das revistas de livre acesso, e de as agências nacionais financiadoras da investigação nomeadamente nos Estados Unidos e no Reino Unido terem lançado estratégias para aumentar o livre acesso à investigação financiada pelo estado, este novo modelo de publicação tem sido matéria de debate ao longo dos anos, com argumentos a favor e outros contra. A maior vantagem das revistas de livre acesso é reconhecida por todos como sendo a disponibilização de artigos a qualquer pessoa ligada à Internet. Desta forma o trabalho do autor é fornecido a um público muito mais amplo e não se restringe apenas àqueles cujas bibliotecas podem pagar os preços de subscrição das revistas de grande prestígio. Ainda, o autor vê o seu trabalho mais citado, logo mais prestigiado. E se há 10 anos atrás, a leitura dos artigos científicos era feita a partir de revistas em papel, tendo o leitor que se deslocar muitas vezes a diferentes bibliotecas, hoje a tarefa está sem dúvida muito facilitada pela consulta *on-line* a partir de qualquer local geográfico.

No entanto, o facto de grande parte das revistas de livre acesso, nomeadamente as de maior prestígio, ter transferido as suas fontes de receita do leitor para o autor ao exigir taxas de publicação (podem chegar a 3000 USD), restringe a divulgação de trabalhos oriundos de países mais desfavorecidos e da autoria de estudantes. Por outro lado, há ainda quem acuse o livre acesso de ter fomentado a criação anárquica de revistas de baixa qualidade, com editores e revisão por pares fictícios, que publicam sem qualquer critério de seleção com o único fim de angariar receitas.

Como Editora, parece-me fundamental tornar pública a informação científica sendo que é nosso dever preocupar-nos simultaneamente não só com a qualidade dos artigos publicados, e por

consequente com a qualidade da revisão por pares, mas também com a relevância e interesse para os nossos leitores tentando sempre contribuir para o progresso científico.

Marta Aires de Sousa¹

¹ Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa. Email: msousa@esscvp.eu
